

22/06/2016 - Telesíntese

Justiça suspende todas as execuções contra a Oi. Assembleia é marcada para dia 22

A Oi divulgou hoje, 22, fato relevante comunicando que a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro acatou o seu pedido de urgência e mandou suspender, por 180 dias, todas as ações e execuções, até que o pedido de recuperação judicial seja aprovado. Também convocou para dentro de um mês a assembleia geral que vai decidir sobre o pedido de recuperação judicial, conforme determina seu regimento interno.



A justiça dispensou também a necessidade de apresentação de qualquer certidão negativa de quitação de débitos junto aos fiscos federal, estaduais e municipais. A decisão explicita que a empresa fica dispensada inclusive de apresentar certidões negativas para exercer atividade referentes às receitas administradas pela Anatel.

Hoje também a operadora lançou o edital de convocação da Assembleia Geral que deverá decidir sobre

o pedido de recuperação judicial, conforme estabelece o seu estatuto. Essa decisão indica que o juiz só vai aprovar o pedido de recuperação antes da falência depois do referendo da Assembleia Geral.

O prazo para que a oferta da recuperação se desenrole – de 180 dias – passará a valer somente no final de julho, após a aprovação judicial. A assembleia foi convocada para o dia 22 de julho.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

22/06/2016 - Vermelho

Temer confessa golpe e menospreza consulta popular sobre rumos do país

Michel Temer (PMDB), presidente interino, fez uma série de postagens em sua conta oficial no Twitter após entrevista à GloboNews nesta terça (21), divulgando trechos da entrevista dada ao jornalista Roberto D'Ávila. Quando se refere ao uso de avião pela presidenta eleita, Dilma Rousseff, e a limitação imposta por seu governo provisório, ele afirma: "E ademais disso, pelo que sei, a senhora presidente utiliza o avião, ou utilizaria, para fazer campanha denunciando o golpe".

A confissão do crime por parte de Temer, em ato falho ou cinismo, expõe ainda mais o homem que se impôs como "governo de salvação nacional". Vale lembrar que em resposta ao ex-presidente Lula, o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) fez questão de divulgar nota oficial em 2 de abril, portanto antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, na qual afirma que, exatamente por ser "constitucionalista", pode afirmar que não há um golpe em curso no Brasil. Temer é formado em direito e foi professor de direito constitucional.

Na entrevista, Temer foi questionado sobre as restrições impostas contra a presidenta Dilma, e afirmou que ela "utiliza o avião, ou utilizaria, para ir fazer campanha denunciando o golpe", o que classificou de "uma situação um pouco esdrúxula".

A declaração reforça ainda que a preocupação de Temer é justamente cercar Dilma por denunciar as manobras que atentam contra seu legítimo mandato. Ele completou seus comentários arrogantes dizendo que "jamais faltou comida" para a presidenta.

Em outro momento, Temer finge que integrantes da cúpula do PMDB, seu partido, e braço direito de seu governo provisório, tenham sido flagrados em conversas com Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, dizendo que articulavam a aprovação do impeachment de Dilma e sua ascensão ao poder era a

saída para barrar "a sangria" da Lava Jato.

Sobre o processo de afastamento de Dilma ele diz: "Eu não fiz nenhum movimento em relação a isso. E o impedimento se deu, convenhamos, até por uma maioria muito significativa".

Mas apesar de dizer que não atuou pelo golpe, afirmou que não pretende processar Sérgio Machado, que o acusa de pedir doações oriundas de propina para a campanha de Gabriel Chalita, em 2012.

"O que ele [Machado] mais deseja é isso. [...] Ele quer polarizar com o presidente da República. Eu não vou dar esse valor a ele. Eu não falo para baixo", afirmou.

Ele também fez questão de fazer elogios rasgados ao seu principal aliado no golpe, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusado de manter contas no exterior com dinheiro oriundo de propina. Temer disse que Cunha "está se defendendo como pode" e que é "batalhador no campo político e no campo jurídico".

Temer também disse que, caso o afastamento da presidenta eleita se confirme, pretende tomar medidas duras, como o aumento de impostos e da idade mínima para aposentadoria.

"A questão da reforma da Previdência. Eu acho que só poderei pleitear uma reforma da Previdência se tiver a efetivação", disse ele. Questionado pelo jornalista se tinha legitimidade política para fazer esses tipos de reforma, já que "as pessoas não votaram no senhor", e Temer disse: "Votaram sim".

Roberto D'Ávila o interpelou: "Sim, votaram, mas não sabiam que estavam votando, não é?". Temer responde: "Me permita dizer que votaram, pelo seguinte, você sabe que, vou dizer a você concretamente, objetivamente, nós ganhamos essa eleição por 3,2 milhões de votos. Ou seja, se 1,6 milhão de votos estivessem do outro lado, nós teríamos perdido a eleição".



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Ora, Temer, o plano de governo que tenta impor ao país é diferente do plano que levou a vitória da presidenta Dilma Rousseff. Aliás, o seu plano de governo é idêntico ao projeto do candidato derrotado, o tucano Aécio Neves (PSDB). Tanto é que para compor o seu governo provisório trouxe integrantes do PSDB, principalmente para a equipe econômica.

Plebiscito

Sobre a proposta de plebiscito sobre novas eleições, o “constitucionalista” Temer reforçou o seu desprezo às urnas. Disse que consultar o povo sobre os destinos

do país neste momento é não é útil.

“Porque, no instante em que ela [Dilma] diz que aceita um plebiscito para eleições, é porque ela deseja voltar para depois não governar. Não é útil porque, se vai voltar para depois convocar eleições, então é porque não quer governar”, disse Temer.

Enquanto Temer só consegue enxergar as urnas como forma de chegar ao poder, a presidenta Dilma e demais setores progressistas propõem o plebiscito sobre novas eleições para buscar uma saída democrática que garanta legitimidade e legalidade.

22/06/2016 - Telesíntese

Nova regulação para interconexões deve ir a consulta pública em julho

Proposta prevê interconexão de voz e dados apenas, e regras de transparência na relação entre teles e OTTs

Já está no conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para votação até o começo do próximo mês, a proposta da área técnica para atualizar o regulamento geral de interconexão.

O texto vai mudar o modelo de interconexão no Brasil, terminando com as diferentes classes de interconexão por serviço, resumindo-as a apenas duas modalidades: voz e dados.

Trará, ainda, uma parte dedicada às relações de atacado entre operadoras e provedoras de conteúdo digital over-the-top (OTTs). Neste caso, a intenção é dar transparência às negociações entre operadoras e OTTs, sem aumentar a quantidade de regras sobre o setor de telecomunicações.

Segundo Abraão Balbino e Silva, gerente geral de monitoramento das relações entre prestadoras da agência, a tônica do texto será garantir o respeito ao artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações e ao Marco Civil da Internet – em seus princípios de neutralidade de rede, isonomia e tratamento não discriminatório.

Ou seja, trará normas proibindo as operadoras de barrar o acesso a suas redes de atacado pelas OTTs. As teles serão obrigadas a negociar com todo OTT

que buscar um acordo de peering ou de colocação de CDN, por exemplo, sempre sob as mesmas condições.

A Anatel não vê necessidade de abrir um Sino para esse tipo de oferta, por enquanto. Mas vai monitorar essas relações, segundo a proposta, e caso o conselho diretor não a altere: texto confere à agência o poder de arbitragem ex post das questões. A área técnica entende que, a partir da publicação, o regulamento vai revelar relações possíveis ainda não cogitadas entre operadoras e OTTs.

O que a agência quer evitar é que o crescimento das provedoras digitais de conteúdo exija intensa regulamentação. “A migração para OTTs é boa porque dá mais opções para os usuários e diminui as barreiras de entrada de competidores. Talvez seja mais fácil retirar obrigações das operadoras do que criar obrigações para as OTTs para criar um level playing field”, ressaltou em palestra no Broadband Latinamerica, evento que acontece hoje, 22, em São Paulo.

Também estão previstas para serem lançadas em julho consultas sobre o PGMC e ofertas de referência – o que deve ser votado pelo Conselho Diretor da Anatel nas próximas reuniões.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/06/2016 - Vermelho

Privatização nunca resolveu o problema da dívida pública

A crise atual recolocou em pauta o velho receituário liberal de reduzir o papel da Estado na economia, como se a contração do setor produtivo não decorresse de um corte brutal nas despesas públicas. Essa concepção se baseia no mito de que “ a economia é regida por leis naturais

e a política, por ser arbitrária, prejudica o funcionamento do sistema econômico”, como observa o economista Pedro Rossi em seu livro *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil*.

Desse ponto de vista, o Estado deveria se abster de qualquer tipo de intervenção no setor produtivo. Essa era, por exemplo, a ideologia que norteava a atuação dos governantes na República Velha (1889-1930). Na prática, porém, todos esses governos se revelaram bastante intervencionistas. Em 1890, Deodoro da Fonseca fundiu quatro companhias de navegação no Lloyd Brasileiro, que foi estatizado em 1913. O atual Banco do Brasil surgiu em 1893 da estatização de duas instituições. As ferrovias já recebiam subsídios desde a era Imperial, mas mesmo assim muitas faliram. Para não interromper o transporte de mercadorias, metade da malha foi estatizada até 1929. E os mesmos liberais que criticavam a intervenção estatal defendiam a caríssima política de valorização do café, adotada a partir de 1906.

Apesar das críticas dos políticos à intervenção do Estado, todas essas medidas se mostraram necessárias para manter o nível da atividade econômica. Um exemplo recente da importância das estatais ocorreu no governo Lula, quando o volume de investimentos dessas empresas aumentou de US\$



7,5 bilhões, em 2003, para US\$ 49,0 bilhões, em 2010. Esses investimentos impulsionaram o crescimento do PIB a uma taxa de 4% ao ano.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, marcado pela privatização de estatais, o crescimento foi muito menor,

2,3% ao ano. A principal razão das privatizações na época era, tal como hoje, a necessidade de arrecadar recursos para aliviar a crise fiscal do Estado. Funcionou? Não. Como explicam os professores Frederico Lustosa da Costa, da Universidade Federal Fluminense, e Vítor Yoshihara Miano, do Instituto Federal Fluminense, a receita das privatizações (US\$ 93,4 bilhões) ajudou muito pouco “ na redução do endividamento principalmente devido à elevada taxa real de juros vigente desde o início do Plano Real. Entre 1995 e 2003, a dívida líquida do setor público cresceu de 27,98% para 52,36% do PIB. Em valores brutos, a dívida pública passou de US\$ 70 bilhões para US\$ 400 bilhões”. Os dados constam do estudo *Estatização e desestatização no Brasil: o papel das empresas estatais nos ciclos da intervenção governamental no domínio econômico*.

Essa mesma situação se repete hoje: a dívida pública cresce impulsionada pelas altas taxas de juros. Cálculos preliminares indicam que, se todas as grandes estatais fossem vendidas, o governo Temer conseguiria arrecadar no máximo US\$ 127 bilhões, o que seria suficiente para pagar apenas 25% da conta dos juros do ano passado. Vale a pena?

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/282628-1>